

Instituto Floresta Tropical - IFT

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

julho de 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Instituto Floresta Tropical - IFT
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Floresta Tropical - IFT ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Floresta Tropical - IFT em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2015 a entidade tem seu fluxo de caixa comprometido, em virtude do atraso na captação de novos projetos, dependendo portanto de novos aportes financeiros de patrocinadores para manter o curso normal das suas atividades

Belém, 25 de julho de 2016



Audicon-Auditoria, Consultoria
e Contabilidade S.S. Ltda.
CNPJ 63.846.067/0001-61

Instituto Floresta Tropical - IFT

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	145.402	514.581	Fornecedores	8	240.268	40.102
Recursos vinculados a projetos	5	551.282	676.423	Obrigações sociais e trabalhistas		49.599	51.615
Adiantamentos concedidos	6	29.710	107.463	Obrigações tributárias		36.600	18.604
Outras contas a receber		<u>36.299</u>	<u>87.600</u>	Obrigações com recursos de projetos	9	819.561	707.332
Total do ativo circulante		<u>762.693</u>	<u>1.386.067</u>	Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>-</u>
				Total do passivo circulante		<u>1.146.028</u>	<u>817.653</u>
Imobilizado	7	89.156	180.923	Patrimônio líquido	10		
Intangível		<u>140</u>	<u>723</u>	Patrimônio social		750.060	705.716
Total do ativo não circulante		<u>89.296</u>	<u>181.646</u>	Superávit/Déficit do exercício		<u>(1.044.099)</u>	<u>44.344</u>
Total do ativo		<u><u>851.989</u></u>	<u><u>1.567.713</u></u>	Total do patrimônio líquido		<u>(294.039)</u>	<u>750.060</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>851.989</u></u>	<u><u>1.567.713</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Nota	2015	2014
Receitas de serviços prestados	12	853.157	874.770
Custos com prestação de serviços	13	<u>(1.160.645)</u>	<u>(717.238)</u>
Superávit/Déficit bruto		<u>(307.488)</u>	<u>157.532</u>
Despesas com pessoal	14	(516.837)	(19.816)
Despesas administrativas	15	(236.800)	(126.630)
Despesas tributárias		<u>(7.592)</u>	<u>(13.771)</u>
Superávit/Déficit antes do resultado financeiro líquido		<u>(1.068.717)</u>	<u>(2.685)</u>
Receitas financeiras		33.696	60.238
Despesas financeiras		<u>(20.098)</u>	<u>(13.209)</u>
Resultado financeiro líquido	16	<u>13.598</u>	<u>47.029</u>
Receitas não Operacionais		11.019	-
Superávit/Déficit do exercício		<u><u>(1.044.099)</u></u>	<u><u>44.344</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4

Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	2015	2014
Superávit do exercício	(1.044.099)	44.344
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(1.044.099)</u>	<u>44.344</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 1 ^o de janeiro de 2014	646.040	59.676	705.716
Incorporação do superávit acumulado	59.676	(59.676)	-
Superávit do exercício	-	44.344	44.344
Saldos em 31 de dezembro de 2014	705.716	44.344	750.060
Incorporação do superávit acumulado	44.344	(44.344)	-
Déficit do exercício	-	(1.044.099)	(1.044.099)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	750.060	(1.044.099)	(294.039)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	(1.044.099)	44.344
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	31.799	41.983
Resultado na alienação de ativos	-	-
	<u>(1.012.300)</u>	<u>86.327</u>
(Aumento) redução de ativos		
Recursos vinculados a projetos	125.141	1.908.392
Adiantamentos concedidos	77.753	78.488
Outras contas a receber	51.301	(46.676)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	200.166	14.632
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.016)	51.615
Obrigações tributárias	17.996	18.604
Obrigações com recursos de projetos	112.229	(2.084.476)
Outras contas a pagar	-	(1.779)
	<u>582.570</u>	<u>(61.200)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(429.730)</u>	<u>25.127</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(49.533)</u>	<u>(113.048)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(49.533)</u>	<u>(113.048)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(369.178)</u>	<u>(87.921)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>514.580</u>	<u>602.501</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>145.402</u>	<u>514.580</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Floresta Tropical – IFT, é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 22 de julho de 2002, sediada à rua dos Mundurucus, 1613, bairro de Jurunas, no município de Belém, estado do Pará. O Instituto tem como missão institucional promover a adoção de boas práticas de manejo florestal, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Dentre suas principais atividades destacam-se:

- Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuição para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promoção de programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é regido por um estatuto social aprovado em julho de 2002, que estabelece as diretrizes para seu funcionamento e gestão, e está regulado pelas instâncias representadas pela Assembleia Geral, Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Secretaria Executiva. Os conselhos contam com a participação voluntária e não remunerada de agentes relevantes do setor florestal brasileiro, destacando-se a iniciativa privada, organizações não governamentais (ONG) ambientais e instituições de ensino. Desde 2006, o Instituto é reconhecido oficialmente pelo Ministério da Justiça do Governo Brasileiro como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação nacional e internacional de longo prazo, e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.



2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada em 30 de junho de 2016 pela Secretaria Executiva do Instituto.

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não houve qualquer julgamento crítico relevante referente às políticas contábeis que afete as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado do exercício.



b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e adiantamentos concedidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Recursos vinculados a projetos

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

Adiantamentos concedidos

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização, não sendo necessária a constituição de provisão para redução ao valor de realização.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações com recursos de projetos, obrigações sociais, trabalhistas e tributárias.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.



c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas de depreciação úteis estimadas para o período corrente e comparativo estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Refere-se aos direitos de uso de softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

A Entidade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso estas sejam confirmadas e se os impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos puderem ser estimados de maneira confiável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A administração do Instituto não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável e, desta forma, não foi necessário estimar provisão ao seu valor recuperável.

f. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

g. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos - Entrada de Recursos”, no passivo circulante. Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica “Saída de Recursos”, conta redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores, a movimentação dos recursos não impactam no resultado.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Receita operacional

São alocadas as receitas provenientes de prestação de serviços, tais como: treinamento, palestras, consultorias, à medida que os serviços são prestados e pelos montantes auferidos.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

k. Isenções fiscais

Por ser uma OSCIP e entidade sem fins lucrativos, o Instituto está isento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Uma entidade sem fins lucrativos é a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10 e 18, IV):

- (a) Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes que compõem os conselhos superiores pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;

- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, declaração de informações (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- (f) Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; e
- (g) Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, artigo 12 § 2º e artigo 15 § 2º).

1. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação e quando aplicados são divulgados em nota explicativa específica.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	4.683	6.407
Bancos (a)	140.719	30.440
Aplicações financeiras (b)	-	477.734
	<u>145.402</u>	<u>514.581</u>

- (a) Normalmente os recursos próprios são mantidos em contas de aplicação financeira até a sua efetiva utilização.
Neste período, em virtude do desencaixe de fluxo de caixa, as aplicações foram baixadas em sua totalidade.
- (b) Os recursos aplicados são mantidos para cumprimento das obrigações quando não aplicados nos projetos.



5 Recursos vinculados a projetos

	2015	2014
Caixa	13.996	9.462
Bancos	15.666	15.051
Aplicações financeiras	521.620	651.909
	<u>551.282</u>	<u>676.423</u>

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais.

- (a) A diminuição do saldo no exercício de 2015 refere-se a queda na captação de recursos.
- (b) Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 80% e 90% do rendimento dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

A administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo, quando permitido contratualmente pelos financiadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

6 Adiantamentos concedidos

	2015	2014
Adiantamento a fornecedores	8.596	5.042
Adiantamento a funcionários (a)	12.315	94.645
Adiantamento de viagens	5.543	4.520
Impostos	2.763	2.763
Outros adiantamentos	493	493
	<u>29.710</u>	<u>107.463</u>

7 Imobilizado

	Taxa de depreciação a.a.	Saldos em 01/01/2015	Adições	Baixa	Depreciação	Saldos em 31/12/2015
Bens próprios						
Equipamentos de informática	20%	1.038	1.799		(1.064)	1.773
Aparelhos e equipamentos	10%	9.400	-	-	(3.096)	6.303
Máquinas e equipamentos	10%	1.025	-	-	(326)	699
Móveis e utensílios	10%	6.139	357	-	(958)	5.538
Veículos	20%	163.321	27.149	-	(115.627)	74.843
		<u>180.923</u>	<u>29.305</u>	<u>-</u>	<u>(121.072)</u>	<u>89.156</u>

	Taxa de depreciação a.a.	Saldos em 01/01/2015	Adições	Baixa	Depreciação	Saldos em 31/12/2015
Bens com restrição de uso						
Benfeitorias em imóveis	10%	9.780	-	-	(7.884)	1.896
Equipamentos de informática	20%	90.681	-	-	(30.583)	60.098
Aparelhos e equipamentos	10%	85.735	14	-	(12.245)	73.505
Máquinas e equipamentos	10%	849.035	-	-	(145.740)	703.294
Móveis e utensílios	10%	34.161	872	-	(10.850)	24.183
Veículos	20%	179	-	-	(70)	109
		<u>1.069.570</u>	<u>886</u>	<u>-</u>	<u>(207.372)</u>	<u>863.085</u>

8 Fornecedores

	2015	2014
Contas a pagar	175.695	9.795
Fornecedores	<u>64.573</u>	<u>30.307</u>
	<u>240.268</u>	<u>40.102</u>

9 Obrigações com recursos de projetos

Refere-se aos recursos recebidos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos. Neste item houve mudança de critério, até as demonstrações anteriores, os valores refletiam os saldos acumulados, a partir desta, passou-se a considerar o movimento ocorrido no período:

	2015	2014
Recurso de projetos	3.538.388	4.653.436
Receitas financeiras	98.456	186.315
Receitas diversas	16	-
Doações	-	-
Recursos	<u>3.636.859</u>	<u>4.839.750</u>
Consultorias	(152.338)	(338.970)
Operacionais	(814.019)	(642.127)
Viagens	(643.362)	(761.718)
Publicidade	(57.837)	(192.953)
Manutenção	(60.029)	(1.174.599)
Salários e benefícios	<u>(1.015.779)</u>	<u>(1.905.755)</u>
Custos	<u>(2.743.364)</u>	<u>(5.016.121)</u>
Salários	(26.764)	(788.563)
Consultorias	(1.564)	(220.204)
Manutenção	(24.721)	(11.956)
Ocupação	(65.733)	(128.874)
Utilidades e serviços	(45.862)	(104.979)
Seguros	-	-
Fretes	-	-
Administrativas	<u>(484.710)</u>	<u>(242.114)</u>

	2015	2014
Impostos e taxas	(70.036)	(6.967)
Financeiras	(45.775)	(65.745)
Imobilizado	(16.100)	(338.703)
Despesas	(781.265)	(1.908.106)
Saldo final	112.230	(2.084.476)

Em virtude da vinculação da vida útil econômica dos “bens com restrição de uso”, concluiu-se não reconhecer despesa de depreciação desses bens no resultado do Instituto. Portanto, os custos de depreciação destes bens são registrados em conta redutora da conta “obrigações com recursos de projetos”.

10 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos conselhos fiscal e diretor.

b. Superávit acumulado

Refere-se basicamente ao superávit do ano corrente. Após aprovação pelos conselhos fiscal e diretor, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto.

11 Processos judiciais e contingências

O Instituto não é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Desta forma, a administração não julgou necessária a constituição de provisão para perdas em processos judiciais.

12 Receitas de serviços prestados

	2015	2014
Receita de serviços	604.037	754.689
Taxas administrativas	249.120	120.081
	853.157	874.770

A receita oriunda da prestação de serviços advém principalmente de cursos e consultorias.

As taxas administrativas são auferidas sobre os recursos obtidos de terceiros, conforme percentual acordado e previsto em contrato – também conhecido como *overhead*.



13 Custos com prestação de serviços

	2015	2014
Salários e benefícios (a)	676.391	83.026
Consultorias	23.429	236.803
Operacional	231.626	118.618
Despesas com viagens	106.120	144.412
Publicações e eventos	42	74.817
Manutenção	123.038	59.561
	<u>1.160.645</u>	<u>717.238</u>

- (a) Os custos com folha de pagamento são incorporados nos projetos, quando elaborado o orçamento para aprovação dos investidores, não impactando as contas de resultado do instituto. Quando há eventos não programados no orçamento dos projetos, o Instituto realiza o pagamento com recursos próprios registrando os referidos gastos em conta de resultado.

14 Despesa com pessoal

	2015	2014
13º salário	27.815	2.934
Assistência médica	28.574	664
Aviso prévio/indenizações	5.054	640
Capacitação	792	361
Gratificações	5.500	-
Uniformes	66	-
FGTS	25.507	4.762
INSS	79.191	2.154
Multa rescisória	16.008	-
PIS	3.111	36
Remuneração de estágio		-
Salários	261.578	3.294
Seguro de vida	1.239	-
Vale alimentação	17.139	-
Vale transporte	1.742	1.058
Férias	43.520	3.912
	<u>516.837</u>	<u>19.816</u>



15 Despesas administrativas

	2015	2014
Consultorias e serviços	2.507	90
Manutenção	11.436	8.170
Utilidades e serviços	30.563	2.780
Frete	4.800	10.679
Administrativas	187.494	104.910
	<u>236.800</u>	<u>126.629</u>

16 Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	33.695	60.211
Descontos obtidos	1	27
	<u>33.696</u>	<u>60.238</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	4.523	(3.870)
IOF	229	(8)
IRRF sobre aplicação	12.063	(9.044)
Juros e multas pagos	475	(258)
Descontos concedidos	2.808	(28)
	<u>20.098</u>	<u>(13.209)</u>
	<u>13.598</u>	<u>47.029</u>

17 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	4	<u>145.402</u>	<u>514.581</u>
Recursos vinculados a projetos			
Fundo fixo	5	13.996	9.462
Bancos	5	13.288	15.051
Aplicações financeiras	5	<u>524.620</u>	<u>651.909</u>
		<u>548.903</u>	<u>676.423</u>

Risco cambial

Considerando que a exposição líquida ao risco operacional de uma entidade pode ser medida pelo seu ganho contra seus gastos em moeda forte, concluímos que a taxa de exposição líquida do Instituto é nula, já que não é gasto mais do que é recebido dos contratos em moeda estrangeira, ou seja, por mais que o valor recebido, convertido em reais, seja menor do que o previsto na proposta, os gastos são realizados até o limite do valor recebido.

Em 31 de dezembro de 2015, o Instituto não tinha obrigações com terceiros em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o prazo de seis meses.

Análise de sensibilidade

O Instituto não possui empréstimos, financiamentos e contas a pagar em valor relevante e, portanto, considera não existir instrumentos financeiros que possam fornecer riscos relevantes de cobertura. Também não possui obrigações ou créditos em moeda estrangeira.

A administração não considerou como passíveis de risco as taxas de juros, entendendo que as mesmas não têm tendência em apresentar oscilações relevantes.

18 Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2015, não houve eventos relevantes que pudessem causar impacto relevante na posição patrimonial e financeira do Instituto naquela data.

